

Moção E

**ENFRENTAR
O EMPOBRECIMENTO
POLARIZAR
À ESQUERDA**



O Mundo do Século XXI traz novas oportunidades proporcionadas pelo progresso técnico e científico, mas a civilização do capitalismo globalizado não assegura os mais elementares Direitos Humanos. Com a crise pandémica, ficaram a nu as desigualdades, as injustiças, os desequilíbrios e o empobrecimento que se manifestam nos campos social, ambiental e económico. A crise das vacinas, com Estados dependentes de interesses das multinacionais, é paradigmática. Construir alternativas exige respostas radicalmente intransigentes com o atual estado de coisas. Na primeira linha encontra-se o combate ao aumento das desigualdades e do empobrecimento. A esquerda está obrigada a afirmar na sociedade esse polo e a partir dele fazer todas as batalhas pela democracia e pela transformação social e ecológica.

POR UMA ALTERNATIVA ECOSSOCIALISTA

Vivemos uma crise sistémica no quadro do capitalismo globalizado. A acumulação de capital, a mercantilização, a exploração do trabalho e da natureza estão a destruir as bases da vida. Necessitamos de criar uma alternativa socialmente justa e ecologicamente duradoura. A solução é o ecossocialismo que dará prioridade à recuperação dos ecossistemas que o capitalismo destruiu e que garanta bens duradouros, mais igualdade, menos lixo e poluição.

Ambicionamos um modelo alternativo, que mude as formas de propriedade, as relações de produção e as forças produtivas, no respeito pela dignidade das pessoas e baseada numa vida melhor e não em consumismo.

Queremos políticas fundadas no planeamento democrático, participado e descentralizado, em que a economia se oriente para o valor de uso e não de troca. Rejeitamos a definição capitalista de "progresso".

1. CAPITALISMO GLOBAL E CRISES PANDÉMICA E AMBIENTAL

- 1.1. **O capitalismo globalizado está a conduzir o planeta e a humanidade a um desastre ecológico e socioeconómico de proporções ainda desconhecidas e a promover novos autoritarismos.** A crise pandémica veio agravar a enorme instabilidade que caracteriza a situação internacional, que nem o efeito pós-Trump muda. No contexto das disputas interimperialistas, os EUA são o principal fator dessa instabilidade, com frequente recurso à chantagem belicista e ao conflito comercial, como tem vindo a acontecer com a China, esta também em disputa pela sua afirmação como potência no sistema capitalista global.
- 1.2. **A característica estrutural do capitalismo globalizado é a financeirização, propulsora da crise iniciada em 2007-2008. Os mercados financeiros sobrepõem-se às economias reais, submetem-nas aos interesses especulativos da finança em busca da máxima rentabilização.** A dívida, tendo o Estado como garantia, e as bolsas determinam o funcionamento da economia e da sociedade. A pandemia covid-19 veio agravar as contradições que geram as desigualdades, o avanço da pobreza e a polarização da riqueza.
- 1.3. **O ataque aos direitos políticos, liberdades, garantias – sobretudo laborais, conquistas sociais e à mais**



elementar solidariedade humanitária são consequência da financeirização. Situações de pobreza e privação não resolvidas por governos neoliberais e sociais-liberais provocam insegurança, ressentimento e medo, demagogicamente instrumentalizados para ataques à democracia e apelos a formas autoritárias de poder. A limitação de direitos cívicos e laborais, a proibição das greves e do direito à resistência, que foram impostos em sucessivos estados de emergência, a pretexto da necessidade de confinamento, favoreceram e agravaram a precariedade e a desregulamentação laboral.

- 1.4. **As contínuas catástrofes por todo o globo evidenciam as dramáticas consequências das alterações climáticas, provocadas pela emissão de gases com efeito de estufa (GEE).** A devastação da floresta amazónica é o exemplo claro da predação criminosa dos recursos naturais, com implicações ambientais. No nosso país, as alterações climáticas, com temperaturas extremas e chuvas ou secas fora das épocas outrora habituais, agravam as consequências de décadas de desordenamento territorial, rural e urbano, e de um tipo de florestação que facilita a ocorrência de grandes incêndios rurais, erosão do solo e perdas de água.
- 1.5. **A crise dos refugiados e migrantes, ocultada pelas potências ocidentais, tem de ser respondida com a retirada da população retida de forma inconcebível às portas da Europa,** resgatando-a de condições de vida subumanas e proporcionando acolhimento digno. A grave situação do povo palestino, agravada com o apoio à declaração de Jerusalém como exclusiva capital do Estado de Israel, a repressão feroz de Marrocos sobre o povo Sahauri ou o abandono do povo curdo à sua sorte exigem uma posição firme e combativa, confrontando a cumplicidade passiva do Governo com estes crimes e violações do direito internacional e das resoluções da ONU.
- 1.6. **A promoção da guerra infinita que arrasa povos e territórios exige a denúncia da NATO como organização belicista ao serviço do imperialismo ocidental, EUA e UE, e do complexo industrial militar norte-americano,** assim como a recusa das despesas em operações militares destinadas a apagar fogos ateados pelos mesmos que vendem as armas.
- 1.7. **Cabe à esquerda que não desistiu, afirmar e mobilizar para uma perspetiva política ecossocialista de combate à exploração capitalista,** contribuir para a unidade das lutas, participar nos movimentos sociais, nos combates antineoliberais e anticapitalistas, ambientalistas, feministas, antirracistas e pelos direitos LGBTIQ+. Na revolta contra o autoritarismo, fazer vingar uma exigência de luta pela justiça, contra a corrupção, de renovação da democracia representativa e de reforço da democracia direta e associativa, de defesa dos direitos laborais e sociais, de proteção ecológica e, em diversas situações, de mudança revolucionária em prol de uma sociedade justa, socialista e igualitária.

PARA UMA AGENDA POLÍTICA DE ESQUERDA

Os tratados e imposições da UE, que subjagam os povos europeus e as classes trabalhadoras ao capital financeiro internacional, impondo a perda de direitos laborais e democráticos, atentam contra os interesses dos povos. É preciso “desobedecer à UE”, tal como havíamos estabelecido na IX Convenção. Importa colocar no debate a reestruturação da dívida, juntando forças para enfrentar as políticas que aí vêm por parte do Governo PS e da UE.

No centro da agenda política de esquerda está a luta pela descarbonização da economia e por uma transição energética social e ecologicamente duradoura, pelo reforço das conquistas sociais e laborais e das soberanias democráticas, pela oposição ao militarismo europeu, pela solidariedade entre os povos e pelo combate ao racismo.

É essencial ampliar um forte polo de esquerda popular para combater o ascenso da extrema-direita e dos nacionalismos e populismos conservadores. A alternativa popular e ecossocialista deve contribuir para travar a ascensão do fascismo e da guerra.



Cabe à esquerda feminista lutar contra todo o tipo de discriminações e colocar em causa os sistemas patriarcal e capitalista, que se alimentam mutuamente, semeando a desigualdade salarial e laboral, a violência, nomeadamente a violência machista, e as múltiplas opressões a que as mulheres estão sujeitas em termos de classe social, origens étnico-raciais, orientação sexual, identidade de género e estado civil.

Traçar uma estratégia para uma sociedade capaz de responder às necessidades de todos/as, promotora da inclusão e respeitadora das diferenças, deve partir do investimento fundamental e prioritário na Ciência e na Cultura, fazendo do Ensino gratuito a todos os níveis a sua base de sustentação.

2. OS LIMITES DE UMA LEGISLATURA CAPTURADA

- 2.1. **O apoio parlamentar a um Governo minoritário do PS (2015-2019) justificou-se para a reposição dos direitos retirados pelos cortes da troika, impedindo que PSD e CDS voltassem a formar governo.** Porém, pelo menos desde meio da legislatura, ficou claro que, apesar dos acordos parlamentares, o Governo manteve uma política de “bloco central” para fazer passar, entre outras matérias, a entrega de milhares de milhões à banca privada.
- 2.2. **A redução do défice continuou a ser uma obsessão, implementando uma política draconiana de cativações orçamentais.** Prosseguiu o esvaziamento e destruição dos serviços públicos iniciada nos Governos anteriores e o investimento público defraudou o que devia ser essencial para a viragem da página da austeridade.
 - O contrato secreto e predatório com a Lone Star não foi denunciado;
 - As dificuldades no SNS agravaram-se, tornadas evidentes nas situações de rutura no combate à pandemia e na prestação de cuidados aos doentes não Covid;
 - As leis laborais da troika continuaram a ser impostas aos trabalhadores, mantendo a caducidade dos contratos coletivos, retirando direitos e aprofundando a precarização do trabalho, de que é exemplo o alargamento do período experimental no emprego de 90 para 180 dias;
 - O investimento para resolver a crise habitacional e robustecer a escola pública foi desprezado.
- 2.3. **No caminho até à disputa eleitoral de 2019, o PS tinha de ser confrontado com um novo caderno de encargos,** em vez do minimalista acordo inicial, mas o Bloco optou por defender a estabilidade como um valor em si e o prolongamento de uma solução institucional com o PS como eixo central da sua estratégia, secundarizando o seu próprio programa eleitoral. Estava à vista que o PS recusava qualquer entendimento pós-eleitoral à esquerda, estabelecendo na prática acordos com a direita. A iniciativa política ficou, assim, limitada e condicionada.
- 2.4. **Era fundamental criar agenda política própria e tomar a iniciativa, apoiar e incentivar as lutas dos movimentos sindical e social em torno de novos objetivos de superação da austeridade e de resposta à emergência climática;** confrontar o PS com novas metas; ganhar radicalidade e demarcação; desarmadilhar e não ceder à chantagem da demissão do Governo na proximidade das eleições.
- 2.5. **Sem essa confrontação política, nas eleições legislativas de 2019 o PS capitalizou a mensagem da estabilidade,** das contas certas, do superavit orçamental, do discurso da responsabilidade e do bom senso, da submissão “inteligente”, mas estrita aos tratados da UE, enquanto exercia mão dura sobre as lutas laborais, “militarizando” o direito à greve.
- 2.6. **O OE 2020 devia ter apontado para um novo ciclo de ataque à pobreza, às desigualdades sociais e à mudança climática, pela criação de emprego com direitos e pela reorientação produtiva da economia.** Nada disso. Sem a oposição da esquerda parlamentar, o PS condicionou o investimento, designadamen-



te em setores fundamentais como o SNS e a habitação, não tocou na legislação laboral, fragilizou a Segurança Social e alinhou completamente com os objetivos da direita: saldo primário acima dos 3% do PIB e drenagem de recursos para financiamento da dívida. Meses mais tarde, o Governo fez aprovar um Orçamento Suplementar, de novo viabilizado pelo BE, apesar de o PS ter recusado na especialidade a grande maioria das propostas da esquerda. Nem o que negociou com o Bloco foi cumprido. Abriram-se as portas à austeridade pela desvalorização salarial, pela manutenção das leis anti-laborais, pela nacionalização dos prejuízos privados e pelo aumento do endividamento das empresas e das pessoas.

- 2.7. **No último OE (2021), o PS prosseguiu essas políticas e, arrogante, continuou apenas interessado em obter o apoio cego às suas próprias propostas que quis impor como bandeiras da esquerda.** O Bloco arrastou até ao limite a decisão de votar contra, mantendo a ambiguidade que vinha de trás de não se afirmar como oposição com agenda autónoma. Foi inteiramente justo não aprovar o OE, porém a organização e a opinião pública não foram preparadas nesse sentido, disseminando a surpresa e até alguma incompreensão entre alguns militantes que, na véspera, continuavam a defender com vigor a sua viabilização por abstenção, à semelhança do que acontecera anteriormente.
- 2.8. **A estratégia do Bloco orientou-se para garantir laços políticos institucionais com o PS, que não conseguiu, não alcançando o objetivo de “ser força de governo, com uma nova relação de forças” traçado na XI Convenção Nacional,** tendo-se assistido a uma perda eleitoral da esquerda e uma deslocação à direita das forças parlamentares. O Bloco surgiu, assim, como parceiro menor das políticas do Governo e do PS, dissolvendo nessa manobra a autonomia e radicalidade estratégica que lhe é matricial.
- 2.9. **Nas eleições presidenciais a candidatura apoiada pelo BE da camarada Marisa Matias, não obstante o seu voluntarismo e o seu esforço, teve sérias dificuldades de afirmação e perdeu 300 mil votos.** A proposta e o programa tocaram aspetos de grande importância, mas a política não se demarcou com clareza e profundidade de outras candidaturas, enleando-se numa linha que continuava a insistir nos acordos com o PS. Vastos e potenciais eleitores e amigos não foram votar na nossa candidata, apesar de uns quererem expressar um voto à esquerda e outros torná-lo eficaz. Quem não polariza perde.

ATACAR FRONTALMENTE AS DESIGUALDADES

Dar prioridade à defesa da vida humana significa atacar frontalmente as desigualdades, garantir e aumentar salários, assegurar 100% do salário em lay-off e aos progenitores que ficam em casa com filhos/as, não permitir que os apoios ao rendimento sejam inferiores ao salário mínimo nacional, combater a precariedade, proteger os trabalhadores autónomos, proibir os despedimentos, revogar as leis laborais iníquas, ampliar os direitos do trabalho e sindicais, diminuir a jornada de laboral sem redução de salário, garantir a habitação aos inquilinos e aos que vivem em casa própria com crédito bancário, não permitir cortes da água, eletricidade e comunicações, congelamento e fixação dos preços dos bens essenciais, aumento drástico da oferta pública de habitação e da rede de transportes públicos para garantir os direitos à habitação e à mobilidade.

3. A PANDEMIA AGRAVOU A CRISE E A AUSTERIDADE AVANÇA

- 3.1. **As profundas desigualdades sociais, que se escondem frequentemente atrás de indicadores agregados e de médias de rendimentos, foram agora expostas pela progressão da pandemia,** particularmente nos setores sociais mais desprotegidos e nas periferias urbanas, sujeitos à precariedade laboral, às más condições de trabalho, de mobilidade e de habitabilidade, aos baixos rendimentos, à inexistência de uma rede pública de apoio aos idosos e à concentração suburbana.



- 3.2. **Nas sucessivas declarações de estado de emergência, as limitações aos direitos individuais e dos trabalhadores que nada têm que ver com os necessários confinamentos, designadamente o direito à greve, à manifestação ou à resistência, foram desproporcionais e desnecessárias**, tendo sido avançadas pelo PR e apoiadas pelo Governo e pela maioria da AR, incluindo o BE. A Constituição não impede, em situação de crise, o recurso a medidas restritivas e de requisição de meios reguladas pela legislação em vigor. O estado de emergência, impregnado de uma pulsão securitária, foi prolongado sucessivamente sem qualquer consequência na requisição do setor privado da saúde ou na proibição dos despedimentos. Tratou-se de condicionamento dos trabalhadores e respeito pelo capital.
- 3.3. **As medidas anti-laborais do Código do Trabalho não obtiveram qualquer alteração, mantendo-se o regime de negociação coletiva e a transferência de rendimentos para o capital**. Os despedimentos cresceram de forma dramática. Milhares de famílias e de pequenos empresários têm a corda na garganta. Nem o prometido investimento no SNS, nem os apoios aos trabalhadores informais, nem aos cuidadores foram executados de forma eficaz. Portugal foi um dos países da Europa que menos investiu para combater a pandemia, em todas as áreas de intervenção pública. À custa de quem mais sofreu com a crise, o Governo não executou 7 mil milhões de euros dos orçamentos de 2020. Acentuou-se a austeridade.
- 3.4. **Na última década, cerca de 60% do montante de um OE foi saqueado, entre os juros da dívida, PPPs, benesses a banqueiros, fuga aos impostos em *offshores*, benefícios fiscais a grandes multinacionais, entre outras operações do capital subsidiodependente**. O povo português paga impostos para o Governo mandar para os financeiros. Numa situação de emergência, não só pandémica, mas económica e social, a resposta a este esbulho brutal exige renegociação da dívida e um imposto sobre as grandes fortunas.
-

QUE RESPOSTA DE EMERGÊNCIA?

É necessário um Plano de Emergência Social para responder aos que se encontram numa situação de extrema fragilidade e vulnerabilidade, que garanta os empregos e os salários na sua totalidade, que assegure rendimentos e contratos com direitos e acabe com a precariedade.

Exige-se atenção efetiva aos setores socialmente desprotegidas e excluídos, pessoas com deficiência, famílias monoparentais, idosos isolados e com poucos rendimentos ou imigrantes e minorias.

É necessário um verdadeiro banco de fomento nacional de gestão pública, com o objetivo de apoio à reconversão e à sustentabilidade económica e produtiva das empresas — e não na procura do lucro imediato e da especulação —, que proporcione apoios às micro e pequenas empresas, medidas urgentes que garantam proteção nos postos de trabalho, mais transportes e melhores condições de habitabilidade.

O sistema cultural deve ser promotor do desenvolvimento individual e coletivo, de uma sociedade com visão crítica e interventiva, força de transformação e identitária de uma comunidade. É um direito fundamental. Não pode ser deixado em estado comatoso. Os seus agentes, os seus trabalhadores têm direito a serem consagrado o estatuto de profissional cultural e de serem apoiados com urgência e dignidade. A produção, criação e fruição cultural tem que ser possível em todos os territórios e comunidades.

A fome existe e alastra em Portugal e não está restrita a faixas marginais. A calamidade existente exige uma ação eficaz e centralizada do Estado para colmatar as situações de fome e pobreza extremas resultantes da quebra de rendimentos, que não pode limitar-se a ações desgarradas de autarquias, organizações de solidariedade social ou de entidades religiosas. A resposta não pode limitar-se ao apoio assistencial, mas sobretudo impedir uma desestruturação gravíssima do tecido social que, na persistência das coordenadas económicas e sociais impostas pela UE, ao serviço da finança, se eternizará. O pleno emprego, com direitos e salários dignos, é a melhor forma de combater a pobreza e a fome.



4. A RESPOSTA À CRISE

- 4.1. **No centro da nossa intervenção política está o apoio às reivindicações e lutas dos trabalhadores e a exigência de revisão da legislação laboral.** O país precisa de uma estratégia que defenda e assegure o trabalho para todos/as, nomeadamente pela redução do horário para as 35 horas em quatro dias úteis semanais, complementado com a redução da idade da reforma, o que exige um firme combate contra os argumentos ideológicos semeados pela UE e adotados fielmente pelo Governo.
- 4.2. **Defendemos uma estratégia de qualificação dos serviços públicos, desde logo o SNS, que avance com a reconversão produtiva e com a democratização energética;** aposte na transição agroecológica que crie emprego; promova uma economia orientada segundo os interesses da maioria da população; combata as desigualdades sociais e as assimetrias territoriais; assuma o controlo público e democrático de setores estratégicos, como a finança; promova a cultura de uma escola democrática, inclusiva e uma educação emancipatória, ativa, que valorize a liberdade, a consciência crítica e fomente o exercício de uma cidadania consciente, baseada numa educação de valores.
- 4.3. **O Governo não tem um plano estrutural definido, colocando-se no papel de intermediário entre fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do Next Generation EU,** abrindo a porta aos interesses do capital que, a pretexto da transição energética, aproveitam para se desfazer de negócios cujos lucros baixaram, deixando à sua sorte os trabalhadores em casos como os da GALP em Matosinhos ou da EFA-CEC.
- 4.4. **A adaptação e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas impõem um processo de transição energética e agroecológica justa, com descarbonização radical da economia.** O sistema neoliberal pretende levá-la a cabo, mantendo o *status quo* de multinacionais energéticas e a atual divisão entre pobres e ricos no acesso à energia, tendo por base a maximização do lucro. A transição energética deve estender-se a toda a cadeia de produção, distribuição e consumo. O acesso à energia é um direito básico que implica produção e distribuição diversificadas e descentralizadas, com a criação de uma empresa pública para esse efeito e apoio a um programa de I&D nesta área, com envolvimento das populações nas decisões.
- 4.5. **Portugal deve aumentar a sua soberania energética, promovendo a criação de emprego qualificado e o aproveitamento dos vastos recursos não fósseis,** como a energia de origem solar, eólica e da biomassa. Incrementar a produção local para redução das necessidades de transporte e da respetiva pegada ecológica. Restringir a produção pecuária e agrícola intensivas, diminuir os consumos de água e as emissões de metano. Promover as culturas mediterrâneas e a floresta de espécies autóctones, fixadoras de carbono e resistentes aos incêndios. A retórica da neutralidade carbónica do Governo está em absoluta contradição com a sua política extrativista, com a opção aeroportuária Portela+Montijo para aumento do tráfego aéreo e com a falta de investimento num plano ferroviário para todo o território nacional e não apenas para a ligação Lisboa-Porto.
- 4.6. **A habitação, apesar de permanecer como parente pobre do Estado social, constitui uma das bases fundamentais de respeito pelos Direitos Humanos.** Os preços da habitação nos últimos anos dispararam e erodiram alguma recuperação de rendimentos pós-troika. A crise económica e social tende a agravar a situação de milhares de famílias, o que reforça a necessidade de um programa elaborado e executado por um serviço nacional de habitação a ser criado e que cumpra a respetiva Lei de Bases. O crescimento do investimento na habitação deve apontar para 1/3 de oferta habitacional pública mais 1/3 do setor social não lucrativo, recusando a guetização e a expulsão para periferias distantes. As organizações de moradores, das associações às cooperativas, devem ser envolvidas na construção participada desse programa, com apoio às movimentações sociais em torno da luta pelo direito à habitação.
- 4.7. **A Regionalização descentralizadora, conforme prevê a Constituição, confere competências e meios a órgãos regionais com legitimidade própria, sujeitos ao escrutínio democrático e transparente.** A Regionalização não é uma questão do interior ou das autarquias, é assunto do Estado e da democracia que as populações reconhecem quando lutam por serviços, acessibilidades e igualdade, que não pode ser evi-



tada nem substituída por colégios eleitorais de autarcas que indicam presidências para as CIM e para as CCDR. Reclamamos uma descentralização que não seja meramente administrativa, mas confira novos direitos políticos às populações. A importância da Regionalização assenta nos princípios da participação e da subsidiariedade, bem como nos fundamentos da solidariedade e da justiça social.

- 4.8. **A dívida pública portuguesa é tão elevada quanto insustentável e vai continuar a crescer. A exigência da sua reestruturação constitui uma questão nodal.** O argumento de que não é preciso tocar na dívida porque os juros estão baixos ilude o facto de que a espada da dívida e do seu serviço sobre a economia se mantêm. Os juros baixos, suportados pela ação do BCE na compra de ativos, são uma espécie de moratória para garantir, em situação de crise, a liquidez do sistema financeiro. A invisibilidade desta questão nos últimos tempos é inaceitável.

O Bloco de Esquerda não se associa nem se compromete com medidas de austeridade nem que atentem contra a dignidade da vida humana, princípio intransponível pelo qual deve determinar a posição a adotar nos Orçamentos de Estado.

O Bloco de Esquerda concentra o apoio político a todos os níveis para derrotar a ofensiva da direita sobre os trabalhadores e as suas lutas concretas, promovendo um amplo debate público sobre as ideias ecosocialistas que dão sustentação e alcance a essas lutas, assegurando que ninguém fica para trás, mesmo quando se trata de transição energética.

5. A PRÓXIMA BATALHA AUTÁRQUICA

- 5.1. **O Bloco deve colocar no centro dos seus programas propostas alternativas à austeridade** neoliberal e de resposta às consequências da crise do capitalismo agravadas pela pandemia, nas mais diversas áreas da intervenção autárquica com prioridade absoluta no social e no combate ao empobrecimento.
- 5.2. **Os aderentes do Bloco nas autarquias defendem medidas de proibição dos despedimentos**, de defesa dos salários e de combate à precariedade, desde logo quando se trata de responsabilidades municipais ou de freguesia. **A mitigação dos efeitos das alterações climáticas, a transição energética e agroecológica que também contribua para a criação de emprego local sustentável**, a defesa de espaços urbanos livres de betão, a luta contra a turistificação e a gentrificação, elementos essenciais das prioridades ambientais e urbanísticas.
- 5.3. **Também nas autarquias, o Bloco afirma a defesa da Regionalização** e o combate ao despovoamento que atinge 2/3 do território nacional, bem como à persistente suburbanização desqualificada das áreas metropolitanas. A reposição, de acordo com a vontade das populações das freguesias extintas pela lei Relvas continua a ser essencial para o reequilíbrio do quadro político, administrativo e identitário dos territórios. O Bloco valoriza as autonomias regionais dos Açores e da Madeira.
- 5.4. **As políticas públicas, que em geral dispensam empresas municipais, devem configurar propostas alternativas saudáveis e sustentáveis**, onde a regulação do solo e do direito de preferência se afirmem acima da especulação imobiliária e da expulsão de moradores dos centros das cidades, configurando núcleos populacionais onde todos/as possam viver, e assegurando acessibilidades para o trabalho e o lazer.
- 5.5. **Às organizações locais do Bloco deve ser conferida capacidade para definir candidaturas, candidatas/ os e programas eleitorais locais.** Todo o empenho deve ser conduzido para a promoção de candidaturas próprias, podendo assumir, em situações excecionais, o eventual apoio a alianças populares à esquerda na forma de candidaturas independentes e cidadãs.



O BLOCO REFORÇA-SE COM ATIVISMO E MILITÂNCIA CRÍTICA

As organizações locais e regionais precisam de núcleos, de adquirir ativismo e autonomia política e financeira nos respetivos âmbitos, reforçando-se a importância das quotizações e dos apoios por parte dos aderentes, mas também as campanhas junto dos trabalhadores e da juventude.

É essencial criar rede política e social à escala local e regional, com a afirmação de dirigentes políticos bloquistas reconhecidos pelos concidadãos. Todo o apoio às iniciativas locais e deslocação de meios efetivos e de recursos para a dinamização do trabalho local do Bloco.

O trabalho local, autárquico, sindical, nas diferentes áreas de intervenção, deve ganhar centralidade no esforço de construção do partido/movimento. A desvalorização do trabalho local e autárquico, aliados ao centralismo, verticalização, funcionarização e excessivo parlamentarismo foram e são fatores de desmobilização das bases.

O Bloco reforça-se incentivando uma militância crítica nas grandes campanhas políticas e não apenas mera executora de tarefas ou angariadora de nomes quando há eleições ou em processo de Convenção.

A participação e a democracia no Bloco são decisivas para a afirmação da alternativa política à esquerda, “de quem nada espera do PS, nem fica à espera do PCP”. Movimento e alternativa social é o caminho!

6. UM PARTIDO/MOVIMENTO CONSTRUÍDO COM A ALEGRIA DA PARTICIPAÇÃO E DA PLURALIDADE DEMOCRÁTICA

- 6.1. **O Bloco precisa de valorizar as estruturas de base** e de desenvolver a interação entre todos os níveis da organização, garantindo a circulação da informação, envolvendo todo o partido na definição da sua orientação política, com o contributo das múltiplas vivências, experiências, perspetivas e competências, sempre no respeito pela pluralidade da organização.
- 6.2. **A partilha e a cooperação entre todos/as, independentemente das sensibilidades, em torno de um projeto político comum deve substituir a lógica da exclusão**, de asfixia da democracia interna ou da conexão de que o “partido se reforça depurando-se”, que impõe um monolitismo castrador e reacionário.
- 6.3. **No Bloco devem ser instituídos sistemas de votação transparentes e abertos**, assim como, e quando se justificar, o recurso ao referendo estatutariamente consagrado, de forma acessível e sem restrições que o limitam.
- 6.4. **A disputa pela hegemonia e controlo do aparelho perverte e empobrece a vida democrática da organização**, condiciona as escolhas nas listas para os cargos eletivos, internos ou externos, e abafa a pluralidade, as vozes críticas e a diferença de opiniões. A democracia interna baseada na igualdade plena de todos e todas as aderentes entre si deve ser urgentemente restabelecida.
- 6.5. **A luta política que demarca campos no Parlamento e nas instituições ou na vida social dos movimentos sociais ou sindical é relevante, mas a principal dinâmica da mudança política com vista à conquista de uma maioria social é a ação em todos os movimentos**, sindicais, da juventude trabalhadora e estudantil, sociais e ambientais, nos múltiplos combates que ganham força e refletem contradições de classe e de género e em agendas anticonservadoras. É por aí que queremos ir sem privilegiar nenhum, que é o que reforça a democracia, a militância no Bloco de Esquerda.



SUBSCRITORES

Abel António Ribeiro Alves de Sousa	Porto	11735
Acácio Pinheiro	Lisboa	11647
Adelino Granja	Leiria	4507
Adelino Raimundo Candeias	Portalegre	11219
Adriano Zilhão	Lisboa	15138
Alberico Afonso	Setúbal	836
Alberto Francisco M. Machado Guimarães	Porto	11930
Alberto José Cerqueira Moreira	Porto	11039
Alberto Sousa e Silva	Porto	197
Alcino José Brás Hermínio	Santarém	761
Alexandra Ricardo	Lisboa	9912
Alexandre Carneiro (Alex)	Braga	8548
Alexandre Manuel F. da Silva Torrão	Porto	7901
Alexandre Miguel Gonçalves de Matos	Lisboa	6891
Alexandrina Maria Nunes Dos Santos	Santarém	5936
Alfredo José Gonçalves Vasco	Santarém	14448
Alice Brito	Setúbal	835
Álvaro Joaquim Moreira	Porto	13988
Amandio dos Reis Delfino	Lisboa	6680
Amândio Vila Real	Braga	9477
Ana Cristina Ribeiro	Santarém	14395
Ana D'Espiney	Lisboa	15161
Ana Filipa Costa	Braga	13827
Ana Francisca Aldir Moreira	Porto	12483
Ana Margarida dos Reis Velez	Santarém	6648
Ana Margarida Tomás Coutinho Ramalho	Santarém	13963
Ana Maria Correa	Porto	14143
Ana Maria de Oliveira Vinagre	Portalegre	9662
Ana Miranda	Setúbal	6572
Ana Paula Andrade Fernandes	Santarém	13872
Ana Paula Pereira Pinto Machado	Porto	12913
Ana Paula Sousa	Porto	14159
Ana Penas	Setúbal	4482
Ana Rita da Silva Casquinha	Santarém	13936
Ana Rita dos Santos V. Carvalho de Sousa	Santarém	14454
Ana Rosa da Silva Moreira	Porto	13012
Ana Rosa Ferro Francisco	Lisboa	9910
Ana Rosa Oliveira Mourata Pendilha	Portalegre	15431
Ana Rute Domingues Araújo	Porto	11619
Ana Sartóris	Setúbal	2027
Ana Sofia Cotrim Lopes Mourão	Santarém	11132
Ana Sofia Ligeiro Mendes Pereira	Santarém	13327
Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Lisboa	9397
Anabela Lourenço Baptista Calado	Portalegre	10029
André Antunes	Setúbal	6622
André Queiroz Amorim	Porto	1227
Andreia Filipa Teixeira Azevedo	Porto	14700
Andreia Maria Cardoso Matos Bento	Porto	11093
Andreia Sofia Catarino Oliveira	Santarém	13955
Andreia Sofia da Silva Martins	Santarém	13880
Andreia Soraia Madeira Costa	Santarém	13954
Ângelo Salvador Marques Silva	Santarém	13313
Aniceto Correia	Setúbal	968
António Abreu	Leiria	3503



António Caldeira Velez dos Reis	Santarém	14451
António Carlos Martins Godinho	Santarém	1323
António Correira da Costa Ferreira	Santarém	14852
António Delgado	Leiria	14719
António Fernando Sá Augusto	Porto	12920
António João Aires Rato	Portalegre	12174
António João Maltez Malias	Portalegre	13678
António Joaquim Fernandes Gonçalves	Porto	192
António José Guimarães Castela	Lisboa	14823
António Leonel Filipe	Leiria	11769
António Louro Miguel	Porto	3614
António Manuel Carlos Pereira	Portalegre	1959
António Manuel Gouveia Ferreira Ribeiro	Porto	8141
António Manuel Pires Duarte	Santarém	14502
Antonio Manuel Ribeiro Ferreira	Braga	5006
António Maria Pinheiro Almeida	Portalegre	10194
António Maria Ramos Ricardo	Portalegre	209
António Ramoa Lima	Braga	12120
António Soares Luz	Porto	342
António Veloso	Lisboa	7458
Arlindo Rodrigues Cairões	Porto	12988
Armindo Oliveira Costa Ferreira	Porto	13825
Artur António Guerreiro Sanina	Faro	10653
Artur Manuel Rodrigues Calado	Portalegre	8084
Artur Semide	Setúbal	848
Bárbara Maria Constantino	Santarém	13947
Beatriz Ribeiro Maia	Setúbal	15333
Benjamim Carrilho Gomes	Portalegre	10467
Bento Conceição Correia	Lisboa	1099
Bernardino José Gama Romão	Portalegre	12303
Bill Williams	Setúbal	1175
Bruno Candeias	Setúbal	11738
Bruno Miguel Parada Gonçalves	Porto	14463
Carla Cristina Ligeiro Rodrigues	Santarém	8890
Carla Cristina Teixeira de Almeida	Porto	12170
Carla Isabel Prates Alcaravela	Portalegre	10536
Carla Maria Pires Rodrigues	Santarém	9737
Carla Sofia Roma de Oliveira	Santarém	8351
Carlos Alberto Mulano Ginga	Portalegre	10197
Carlos Alexandre Gomes	Portalegre	14499
Carlos Alexandre Nunes Almeida	Porto	11100
Carlos Filipe Palma	Santarém	13950
Carlos Jorge Manso Gomes	Vila Real	12834
Carlos Lourenço de Jesus Neves	Setúbal	5200
Carlos Luna	Évora	1281
Carlos Madruga	Lisboa	300
Carlos Manuel Godinho Matias	Santarém	1355
Carlos Manuel Jerónimo Liberal	Aveiro	8699
Carlos Manuel Mateus Borges	Porto	12896
Carlos Manuel Tavares dos Santos	Portalegre	11218
Carlos Manuel Tomás de Jesus	Leiria	10862
Carlos Manuel Vicente Marecos	Santarém	5017
Carlos Marques	Lisboa	1095
Carlos Miguel Emiliano Fonseca	Santarém	11760
Carlos Miguel Vilar Patrão	Lisboa	1052
Carlos Silva	Aveiro	15605



Carolina Isabel Ribeiro Rodrigues	Santarém	11398
Catarina Alexandra M. da Silva Fonseca	Lisboa	13869
Catarina Ribeiro Ferreira	Lisboa	14026
Cátia Alexandra Paixão Rato	Portalegre	12172
Cátia Cristina Quintans Iça	Santarém	12239
Cátia Sofia Cunha dos Santos Travessa	Santarém	13124
Cecília Maria Marques Amaral	Porto	12895
Célia Maria Martins da Silva	Santarém	13884
César Lino Lopes	Lisboa	207
Constantino Piçarra	Beja	787
Cristiana Sousa	Madeira	4310
Cristina Maria de Oliveira Monteiro	Portalegre	12441
Cristóvão Pereira Oliveira	Porto	10045
Dália Maria Felício Seixas Rainho	Santarém	1346
Daniela Freitas dos Santos Louro	Lisboa	3144
Daniela Raquel Pinto Borges	Porto	12921
Daniela Sande Lopes	Portalegre	15009
Dário Fernando Esteves Alfaia	Portalegre	6662
David Manuel Tremoço C. P. Bizarro	Portalegre	7703
Davide José Ramos Silva	Santarém	11408
Diamantino da Conceição Perico Pernão	Portalegre	14593
Diana Joaquina Veredas Maroto	Portalegre	12302
Diogo Miguel Cunha Santos	Santarém	13123
Diogo Miguel Pinto Borges	Porto	12897
Diogo Modesto Cunha	Porto	8832
Domicília Maria C. da Costa	Porto	15005
Domingas Patrícia Santinha P. Jesus	Portalegre	10249
Domingos Mata Neves	Portalegre	11217
Duarte Nuno C. Antunes De Almeida	Lisboa	15255
Edgar Alves Bernardo Antunes	Santarém	4979
Edgar Filipe Garcia Anjos	Portalegre	15063
Eduardo Alexanddre dos Reis Magalhaes	Porto	12163
Elsa Maria Lima Moreira	Porto	12194
Emanuel Bento	Coimbra	15606
Emídio Manuel Monteiro	Santarém	13951
Esmeralda Correia Mateus	Porto	1252
Eva Luisa da Rocha Coelho	Porto	10108
Fábio Carvalho	Leiria	11662
Fabrcio Marcelo Pannia Araújo	Guimarães	15442
Fernando Bessa Ribeiro	Braga	14319
Fernando Manuel Ribeiro de Castro	Porto	14564
Fernando dos Santos Oliveira	Porto	13075
Fernando Jorge Vitorino de Sousa	Santarém	14452
Fernando Manuel Favita Pereira	Portalegre	13269
Fernando Manuel Sousa Monteiro	Braga	13981
Fernando Napoleão Campos Oliveira	Aveiro	696
Fernando Raul Quadro Ramos	Leiria	392
Filipe Almeida	Viseu	15191
Filipe Carlos Silva Vintém	Santarém	8495
Filipe Manuel Oliveira Pinheiro	Porto	11097
Filomena da Conceição de Sousa Cirne	Porto	9050
Flora Maria da Rocha Pinto Cairões	Porto	12923
Florbela Orlanda Galvão Garcia Anjos	Portalegre	14498
Francisco Amorim dos Santos Batista	Porto	1235
Francisco Arménio São Bento Lobato	Portalegre	10117
Francisco Daniel de Oliveira Pascoal	Santarém	12538



Francisco Diogo Moreira Alves	Porto	14971
Francisco Duarte	Leiria	15270
Francisco Filipe Barata Filipe	Portalegre	10494
Francisco Gargate da Silva	Portalegre	10420
Francisco José Basílio Costa	Porto	9677
Francisco José Claudino Galego	Portalegre	15166
Francisco Tomás	Setúbal	755
Frederico Figueiredo Ferreira Carvalho	Lisboa	13870
Gabriela Mota Vieira	Açores	3844
Gonçalo Filipe Nunes Rafael	Santarém	4977
Gracinda Rodrigues	Bragança	14083
Gualter Miguel M. O. Fonseca Costa	Porto	8944
Guilherme Francisco Rosa Monteiro	Guarda	13770
Guiomar Maria Monteiro	Santarém	13938
Hélder Agostinho Santos Lima Moreira	Porto	10853
Hélder Lima Santos	Lisboa	3395
Hélder Manuel de Magalhães Cruz	Leiria	13604
Hélder Pires Marques	Lisboa	13751
Hélio Manuel Marques Gouveia	Santarém	1356
Henrique dos Reis Leal	Santarém	1350
Higino Manuel Gaocho Maroto	Portalegre	14695
Hilário Jesus Carvalho Martins	Braga	2703
Horacio Gomes Lourenço	Porto	2248
Horácio Martingil Batista	Santarém	14472
Hugo Filipe Gonçalves Bento	Porto	11094
Hugo Freire dos Reis Ferreira	Portalegre	10534
Hugo Pinto Gouveia	Lisboa	8860
Humberto Sereno	Setúbal	546
Idalino Monteiro Nunes Dias	Lisboa	11483
Inês Fogageira Ramalhão	Porto	12023
Inês Isabel Nogueira Marques	Santarém	14481
Inês Isabel Rodrigues Coelho	Portalegre	14572
Inês Mafalda Ferreira Mendes	Porto	14841
Irene Conceição	Setúbal	1187
Isabel Alexandre Monteiro da Silva	Lisboa	13879
Isabel Figueiredo	Lisboa	13685
Israel Silas Domingues Araújo	Porto	10508
Ivo Emanuel M. Barros	Porto	9043
Jaime Alves Parracho Duque	Santarém	2812
Jaime Pires Lopes D'Abreu	Portalegre	10425
Jéssica Sofia Jesus Soares	Porto	13987
Joana Filipa Vidigal Cardoso Patrício	Santarém	15382
Joana Rita Graça Godinho	Santarém	5577
Joana Saraiva	Leiria	2883
João Álvaro Seabra Mota	Lisboa	15430
João António Santos Manet	Portalegre	12304
João António Tavares Romão	Portalegre	11982
João Batista Pereira Paixão	Portalegre	12942
João Carlos Arraiano Canudo	Portalegre	9696
João Carlos Fernandes	Setúbal	3228
João Chalas	Setúbal	1385
João Conceição	Setúbal	1186
João Domingues Gomes de Oliveira	Portalegre	10466
João Eugénio Teixeira Loureiro	Porto	12544
João Ferreira da Costa	Santarém	13341
João Francisco Reguina Faria	Portalegre	7704



João José Sousa Almeida	Aveiro	699
João Lopes	Lisboa	9872
João Luís	Lisboa	10226
João Luís Mourato Varela	Portalegre	11072
João Madeira	Setúbal	520
João Manuel Machado Oliveira	Braga	917
João Maria Passadinhas Pires	Portalegre	9789
João Paulo Pinto Carvalho	Porto	10875
João Pedro Vaz Domingues	Leiria	14912
João Ricardo Pinheiro	Braga	4616
João Subtil Dias	Santarém	5584
João Vaz	Lisboa	2743
Joaquim António Neves Cântara	Braga	7837
Joaquim Barradas Inácio	Santarém	13894
Joaquim Eduardo Farinha Madeira	Santarém	1677
Joaquim Elias Neto Carapeta	Portalegre	14591
Joaquim Fernandes Pereira Araújo	Porto	10222
Joaquim Fernando Casquilho Salgueiro	Portalegre	14164
Joaquim Júlio Carvalho Loureiro	Porto	11092
Joaquim Luís Santos Lopes Simões	Santarém	14471
Joaquim Maria Carrilho Barreto	Portalegre	10199
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Joaquim Pereira Fernandes	Porto	8858
Joaquim Telmo Lavadinho Rodrigues	Portalegre	10663
Jorge Afonso	Aveiro	102
Jorge Humberto Fouto Mendes	Portalegre	14389
Jorge João Santos José	Lisboa	10374
Jorge José Carrajola Ferreira	Portalegre	11216
Jorge Luís Monteiro de Carvalho	Porto	
Jorge Manuel Costa Santos Silva	Santarém	11173
Jorge Manuel Monteiro Mendes	Guarda	1467
Jorge Nicolau de Sousa Lourenço	Porto	1240
Jorge Santana	Setúbal	4900
Jorgete Teixeira	Setúbal	584
José A. Silva Mourão	Porto	4123
José António Barata	Porto	13138
José António de Almeida Dias Ferreira	Lisboa	1675
José António Marin	Lisboa	13466
José António Moço Simões	Santarém	13883
José Bastos	Lisboa	5968
José Batista Mourato Celestino	Portalegre	15062
José Carlos Gonçalves Rodrigues	Braga	1307
José Carlos Lopes	Aveiro	697
José Carlos Soares	Portalegre	10426
José Casimiro Leite Garcia	Santarém	13885
José Casimiro Torres Carvalho	Porto	1468
José Domingos Cardoso Moura	Lisboa	13320
José Domingos Chamorrinha Sande	Portalegre	13272
José Domingos Courinha F. Ribeiro	Portalegre	13704
José Domingos Pereira Frutuoso	Porto	10436
José Emílio Tavares Raposo	Portalegre	11233
José Fernando Balança Gaspar	Portalegre	13865
José Gaspar Santos Silva	Santarém	5489
José Gonçalves	Vila Real	14567
José Joaquim Lucrécio G. Grilo	Portalegre	11215
José Lopes Nunes	Lisboa	8588



José Luís da Fonseca Monteiro	Portalegre	12171
José Luís da Silva Rodrigues	Vila Real	7143
José Manuel Casquinha de Abreu	Portalegre	12443
José Manuel do Carmo	Faro	1566
José Manuel Gonçalves	Santarém	13871
José Manuel Tavares Soares de Oliveira	Aveiro	13906
José Pedro Cardinha Rainho	Santarém	1345
José Santana Henriques	Lisboa	15045
Josué da Silva Cavalheiro	Leiria	14624
Júlia Maria Demétrio F. Pereira	Portalegre	13270
Julietta Maria Grilo Fragoso	Portalegre	15202
Júlio Moreira Almeida Gameiro	Portalegre	12175
Larysa Volodymyrivna Demchenko	Santarém	11043
Laura Coutinho Ramalho	Santarém	13315
Laura Luísa Grave D'Abreu	Portalegre	10495
Laurentino Puga de Sousa	Porto	13477
Laurinda Seborro Mendes Toneco	Portalegre	12556
Leandro Miguel Marafona Martins	Porto	8607
Leonel Castro	Braga	8322
Leonel Peixe do Carmo	Lisboa	7735
Leonor Antunes Magalhães Carvalho Pinto	Porto	15350
Leonor Cebola Martins	Lisboa	9177
Liberato Ribeiro de Almeida	Aveiro	702
Lídia Semide	Setúbal	849
Liliana Isabel Ferreira	Lisboa	2581
Liliana Rodrigues	Braga	4604
Lino Carvalho Mendes	Braga	13001
Lúcia Maria Pereira Marques	Portalegre	11176
Lucília Lourenço	Lisboa	10021
Ludgero Eduardo Martins Orelhas	Portalegre	10202
Luís Artur Ribeiro Gomes	Santarém	1501
Luís Carlos Ferreira Vieira	Santarém	13942
Luís Carlos Marques da Silva	Santarém	11126
Luís Carlos Neves da Silva	Porto	11083
Luís Costa	Lisboa	15279
Luís Gabriel Rodrigues Pereira	Santarém	15367
Luís Gomes	Santarém	1501
Luís Manuel de Jesus V. Carvalho	Portalegre	11207
Luís Manuel Macarrinhas Anjos	Portalegre	14500
Luís Manuel Pedras Comboias	Portalegre	12665
Luís Miguel Loureiro Xavier	Porto	9565
Luís Miguel Palmeiro Rodrigues	Portalegre	10417
Luís Miguel Vale	Porto	3823
Luís Mós	Lisboa	14071
Luís Mouga Lopes	Viseu	3427
Luis Pereira	Setúbal	250
Luís Rodrigues	Bragança	14082
Lurdes Maria da Silva Gomes	Porto	8988
Luz Celeste V. Queiroz dos Santos Batista	Porto	1246
Mafalda Manuela C. Dias Pereira Ramos	Lisboa	10001
Magda Sónia Garcia Anjos	Portalegre	15204
Manuel António Azeitão Rebelo	Portalegre	15136
Manuel António Dália Romão	Portalegre	12643
Manuel António Folgado Marques Borrego	Santarém	13708
Manuel Canelas	Leiria	12958
Manuel Carlos Silva	Braga	12121



Manuel Costa	Setúbal	1381
Manuel Fernando Cerqueira Pinto	Porto	1247
Manuel Jorge Duarte Ramos	Santarém	2969
Manuel Martins Miléu	Portalegre	13674
Manuel Oliveira Lopes	Santarém	5464
Manuel Soeiro Alves	Santarém	14455
Manuela Tavares	Setúbal	845
Marcelino Caeiro	Lisboa	12056
Márcia Filipa Graça Godinho	Santarém	5576
Márcia Sofia Estalagem Cruz	Portalegre	10204
Márcio André Ferreira Moreira	Porto	11085
Marco Alexandre da Silva Loureiro	Guarda	1649
Marco António Duarte Carneiro	Porto	4319
Marco Filipe Sá Geração	Santarém	5580
Margarida Maria Ordaz Rosa Pimenta	Porto	11081
Margarida Rodrigues Miléu	Portalegre	10535
Maria Alexandrina Narciso Silva Carneiro	Porto	169
Maria Alice de Oliveira Teixeira	Aveiro	9085
Maria Alice Marques Cipriano	Santarém	13878
Maria Amélia Carvalho Costa	Braga	14085
Maria Antónia da Silva Frio	Portalegre	8066
Maria Bento Nunes do Rosário Rafael	Santarém	1344
Maria Conceição Caeiro	Lisboa	12057
Maria Costa	Faro	14673
Maria da Conceição Marques A. Dimas	Portalegre	12442
Maria da Conceição Marques dos Anjos	Santarém	8661
Maria da Fonseca	Santarém	13948
Maria da Glória Figueira dos Reis Velez	Santarém	14453
Maria da Luz Alves Leonor	Porto	9708
Maria da Luz Alves Lopes	Santarém	11044
Maria de Fátima Orelas Cachaço	Portalegre	10342
Maria de Fátima Pimenta Gomes	Lisboa	15213
Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão	Santarém	2763
Maria de La Soledad Murrillas Cruz	Portalegre	12305
Maria de Lurdes de Sales Ramos	Porto	14725
Maria do Carmo	Setúbal	748
Maria do Carmo Silva	Lisboa	6132
Maria do Céu Santos Carvalho	Santarém	13322
Maria do Rosário Vaz	Setúbal	5509
Maria do Sameiro	Lisboa	596
Maria Eduarda Campos	Coimbra	12549
Maria Elisa C. Antunes Magalhães	Porto	3812
Maria Fonseca Custódio	Santarém	13867
Maria Gorete Pimentel	Braga	13617
Maria Helena d' Assunção Valente	Portalegre	14286
Maria Isabel da Silva Tavares	Portalegre	14595
Maria João Beleirinho Campos	Portalegre	10416
Maria João Cardoso Costa Silva	Portalegre	10240
Maria João Silva	Portalegre	13773
Maria Joaquina Filipe Marques	Santarém	13940
Maria José Barreto Pinheiro	Portalegre	11560
Maria José Belchior	Portalegre	11208
Maria José Coutinho Nunes de Sá	Porto	14786
Maria José Magalhães	Porto	1340
Maria Lúcia Mendes Pereira Ramos	Santarém	2964
Maria Luz	Setúbal	13809



Maria Manuela Caneira	Santarém	8952
Maria Manuela Martins Pereira	Braga	5830
Maria Manuela Monteiro da Silva Fonseca	Lisboa	1604
Maria Rosário Simões Marques da Silva	Santarém	13887
Maria Saudade Cunha	Santarém	13901
Maria Teresa Seixas Valério	Lisboa	10956
Maria Vicência Silva Bolas Sande	Portalegre	12902
Maria Viegas Tavares Freire	Santarém	13314
Mariana de Lurdes Reguina Faria	Portalegre	14592
Marina do Carmo	Lisboa	15242
Mário Jorge Videira Lopes	Viseu	5327
Mário José Silva Fonseca	Lisboa	725
Mário Oliveira	Viseu	10597
Mário Tomé	Lisboa	3761
Marisa Cláudia Carvalho Arantes	Porto	13156
Marta Raquel Loureiro Barbosa	Porto	11091
Mauro Daniel Moço Pires Belas	Santarém	13317
Micaela da Silva Sadanha Morgado	Santarém	13107
Miguel Ângelo da Rocha Coelho	Porto	13126
Miguel Ângelo Monteiro da Silva	Madeira	13412
Miguel de Jesus Casimiro	Santarém	11397
Miguel Pereira Cabral	Lisboa	2247
Miguel Sousa Ribeiro	Lisboa	7533
Miriam Sousa	Lisboa	14991
Nádia Penas	Setúbal	7524
Nélio Filipe Oliveira Ferreira	Santarém	13949
Nelson Fernando Raposo Arraiolos	Leiria	11005
Nelson Jorge Pereira Moura	Porto	14875
Nelson Manuel Lageira Canas	Portalegre	13864
Nelson Tiago Moreira Barros	Porto	10164
Nohra Lucia Ramos Cobo	Braga	14378
Nuno Filipe Pinto de Sousa	Porto	13698
Nuno Fugas	Lisboa	13741
Nuno Manuel dos Santos Silva	Porto	14874
Nuno Miguel Ferreira Monteiro	Santarém	11127
Nuno Miguel Pereira Amaral	Porto	11089
Nuno Onça	Lisboa	10319
Olavo Tavares	Setúbal	14837
Oleh Avramenko	Portalegre	11736
Osório Fernando Leite de Sousa	Porto	14197
Otávio Joaquim Lopes Jorge	Lisboa	7136
Otávio Nunes Ferreira	Santarém	13321
Patrícia Alexandra Coelho Ribeiro	Portalegre	13843
Patrícia Alexandra Soares Lucas Monteiro	Guarda	3342
Patrícia Cirne Braga	Porto	9051
Paula Cristina Silva Sá Pereira	Porto	13076
Paula da Costa	Setúbal	1176
Paulo Alexandre Carrapato Ruivo	Portalegre	10246
Paulo Alexandre Gandun Martins	Portalegre	12173
Paulo Alexandre Martins Mendes	Santarém	8595
Paulo Alexandre Trindade Jesus	Lisboa	1453
Paulo Cardoso	Lisboa	10629
Paulo Cristiano Rosa Ferreira Marques	Santarém	8173
Paulo Gonçalves	Lisboa	8135
Paulo Jorge Coutinho Ribeiro	Porto	13018
Paulo Jorge Maia Magalhães Mota	Porto	11507



Paulo Jorge Ribeiro Gomes	Lisboa	13873
Paulo José Gomes Mouta	Porto	11457
Paulo Louro	Lisboa	13776
Paulo Pica	Lisboa	14854
Paulo Renato Cardoso Ricardo	Porto	2055
Paulo Ricardo do Carmo	Lisboa	15241
Pedro Abreu	Europa	4791
Pedro Albuquerque J. R. Dias	Porto	12994
Pedro Alexandre Branco Anjo	Santarém	6651
Pedro Alexandre Leitão Grave	Santarém	3775
Pedro Manuel dos Santos Gago	Lisboa	14439
Pedro Manuel Martins Portela de Almeida	Porto	15334
Pedro Miguel Cardoso	Lisboa	13238
Pedro Miguel da Silva Santos	Santarém	6935
Pedro Miguel Pereira Costa	Porto	6284
Pedro Miguel Silva Vieira	Porto	11088
Pedro Miguel Teixeira dos Santos	Porto	11090
Pedro Queiroz Amorim	Porto	1261
Pedro Soares	Braga	108
Pedro Taveira	Setúbal	11056
Pedro Vieira dos Reis	Santarém	14161
Rafael Lopes Camelo	Portalegre	15432
Raquel Maria Loureiro de Moura Santos	Porto	11095
Raúl Horincar	Faro	15626
Reinaldo de Jesus R. Amarante Tentado	Santarém	4982
Ricardo Alexandre Nunes Branco	Portalegre	14387
Ricardo André Lima Salabert	Porto	1961
Ricardo Daniel Ferreira Vitorino	Porto	11084
Ricardo Daniel Jesus Ribeiro da Silva	Porto	10458
Ricardo de Jesus	Lisboa	11740
Ricardo Duarte	Setúbal	15114
Ricardo Jorge Santos Ginga	Portalegre	10344
Roberto Tavares	Lisboa	8289
Rogério Colaço	Setúbal	4157
Rogério Ferreira	Faro	10861
Rogério Miranda	Setúbal	2484
Rogério Paulo Soares Correia Neto	Faro	9698
Rogério Pinto	Leiria	7713
Rosa Manuela B. C. Oliveira Ferreira	Braga	5791
Rosa Maria Torres Graça Godinho	Santarém	5578
Ruben Alexandre da Silva Martins	Santarém	13939
Ruben Alexandre Nunes Branco	Portalegre	14450
Ruben Pereira	Setúbal	13791
Rui Abreu	Lisboa	2897
Rui António David Gaita	Portalegre	10205
Rui Cortes	Vila Real	251
Rui Jorge dias Figueira de Sousa	Portalegre	13344
Rui Manuel Pinto Ibanez Matoso	Lisboa	206
Rui Miguel Ferreira da Silva	Porto	13850
Rui Miguel Salabarda Garrido	Portalegre	3663
Rui Rodrigues	Setubal	15152
Sacha Augusto Habermann Aires	Porto	11254
Sandra Marina Monteiro da Silva Caçoila	Lisboa	5487
Sara de Jesus Barradas C. Galego	Portalegre	12557
Sérgio Augusto Ribeiro Filipe	Santarém	11407
Sérgio Filipe Pereira Amaral	Porto	11087



Sérgio João Carichas Tomatas	Portalegre	10242
Sérgio Paulo Lamarao Pereira	Aveiro	14718
Sérgio Rocha	Setúbal	13807
Sesinando Pereira da Silva Araújo	Leiria	13357
Sílvia F. C. Barros Marques Moutinho Carreira	Porto	9188
Sílvia Isabel Alves Oliveira	Portalegre	9766
Sílvia Raquel Marques	Porto	1076
Sofia Luna	Évora	6786
Sónia Alexandra Ferreira Lamachã	Porto	14694
Stephanie Platvoet	Setúbal	10359
Susana Maria Silva Cordeiro	Portalegre	10195
Tatiana Pinho Reis	Porto	10638
Teodósio Maria Alcobia	Lisboa	2042
Teresa Isabel R. Nogueira Marques	Santarém	14480
Teresa Sales	Setúbal	3821
Tiago Antunes da Silva	Guarda	4173
Tiago Costa Carvalho	Santarém	12585
Tiago Filipe Ribeiro Oliveira	Santarém	13868
Valter Alexandre Bailarota Penha	Portalegre	10243
Vanda Sofia Moço Belas	Santarém	13318
Vanessa Cavém	Setúbal	13810
Vânia Alexandra dos Reis Velez	Santarém	9808
Vânia Filipa Costa Moreira	Lisboa	13874
Vera Cristina da Graça Ferreira Machado	Santarém	13956
Vera Timóteo	Lisboa	127
Vergílio do Rosário Rafael	Santarém	1343
Victor Manuel Centúrio de Almeida	Santarém	6710
Victor Manuel de Oliveira Aires Crespo	Porto	13962
Victor Pinto	Porto	7333
Victor Santos	Setúbal	12808
Vitália Ribeiro	Setúbal	580
Vítor Ferreira	Lisboa	719
Vítor Francisco P. Sousa	Leiria	4309
Vítor Luz	Setúbal	14605
Vítor Manuel de Oliveira Barros	Porto	10009
Vítor Ricardo Marques Gonçalves	Lisboa	11253
Vítor Tojeira	Leiria	6908
Vitória Alexandra da Silva Oliveira	Porto	13079
Vitória Maria Narciso Paixão Rato	Portalegre	11799
Zélia Maria Curado Basso	Portalegre	12017